

POLÍTICA ECONÔMICA

GAZETA MERCANTIL

País não considerou o setor externo

Appy trabalha em mudanças de longo prazo com objetivo de evitar "bolhas de crescimento"

Simone Cavalcanti/InvestNews de Brasília

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, 41 anos, tem pela frente um "trabalho de formiga", que não aparece de uma hora para outra, mas ao longo dos próximos anos. São mudanças que vão do ambiente macro ao micro e têm de ser feitas ao mesmo tempo. "São mudanças que terão efeito progressivo ao longo do tempo. Na verdade, poucas mudanças de grande impacto, mas um conjunto de pequenas mudanças que serão positivas nos próximos anos", afirma Appy.

Sua principal crítica ao governo anterior é o de deixar as contas externas do País se deteriorarem.

Na sua avaliação, a solidez dessas contas, juntamente com lado fiscal em ordem e uma inflação baixa e controlada, formam o tripé que dá as condições, de fato, para que a economia cresça de forma sustentada. "E não apenas tenha bolhas de crescimento", diz.

Serenidade com o FMI

Sobre um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Appy diz que "o governo tem de negociar de forma serena essa questão com o Fundo. Não existe, de forma alguma, qualquer rejeição do governo ao FMI."

O poliglota Bernard Appy (fala inglês, francês, espanhol e alemão) recebeu à InvestNews na mesma sala de reuniões que o seu antecessor, Amaury Bier, costumava atender os jornalistas. É nessa sala, na qual não houve modificações de estrutura, que o secretário se reúne com seus técnicos para discutir medidas que podem mudar o rumo da economia.

Ou ainda resolver impasses políticos. Como foi o caso de encontrar uma saída para o pleito dos governadores de ter mais recursos no Fundo de Compensação das Exportações, criado com a Reforma Tributária. Foi entre a sala e o seu gabinete que Appy teve a idéia de criar um "seguro" que garante mais recursos aos estados, caso o crescimento da economia não garanta a arrecadação esperada dos tributos cobrados, principalmente com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A seguir, os principais pontos da entrevista:

InvestNews - Vários consultores de mercado têm uma tese de que, no Brasil, exista uma linha imaginária que impede a queda das taxas de juros reais abaixo de 8%. Como o senhor vê isso?

Bernard Appy - Eu, particularmente, não creio que exista um piso para a taxa de juros. Acho que, na medida em que vai baixando as taxas de juros, vão aparecendo situações que podem levar o governo a reduzir o ritmo de queda em função de pressões inflacionárias que podem surgir por vários motivos. O passado recente do Brasil não é necessariamente um bom parâmetro para saber o que será no futuro. Primeiro, o ponto mais importante, acredito que estamos em uma situação das contas externas mais sólidas do que em qualquer momento do governo Fernando Henrique Cardoso. Deste ponto de vista, pressões inflacionárias ou pressões que surgiam sobre os preços, por meio principalmente da desvalorização cambial em momentos de queda de juros ocorridas no passado, podem não necessariamente se repetir no futuro. Mesmo que se repitam, o sistema de câmbio flutuante está aí para resolver a questão. Não será um câmbio real mal posicionado que vai impedir a queda de juros. Na pior das hipóteses pode fazer com que esse ritmo de queda dos juros seja mais lento, na medida em que tenhamos que digerir uma desvalorização, que eu não creio. Isso vai depender, pois não existe número certo de qual o câmbio correto. Mas o fato é que a situação das contas externas hoje no Brasil é suficientemente confortável para que não esperemos uma desvalorização muito acentuada. Um piso

para a queda das taxas de juros que pode ter surgido no passado, hoje, seria bem menos importante. Ele não existe no regime de câmbio flutuante, ele pode retardar a queda, como acho que no passado, de fato, retardou. Mas hoje é menor o problema.

InvestNews - Mas e a possibilidade de haver inflação?

Appy - O que pode é ter problemas de impacto na inflação vindas do próprio aumento da demanda. A inflação de demanda tradicional é, de livro texto, uma inflação que vem por pressões do mercado de trabalho, ou seja, o crescimento econômico é tal que leva a uma pressão sobre o mercado de trabalho, que leva a um aumento real de salários e que acaba pressionando a inflação. Esse é o desenho tradicional. No Brasil, penso que pode ser que haja um patamar prévio, em função do grande histórico de instabilidade nos últimos 20 anos. Creio que as empresas brasileiras tendem a adotar uma posição defensiva. Essa é uma opinião pessoal, não comprovada, uma hipótese. E, portanto, em momentos de retomada da demanda e queda dos juros, pode ser que as empresas tenham uma tendência a recuperar a margem de lucro, pressionando a inflação, antes mesmo de ter uma inflação de demanda tradicional que vem via mercado de trabalho. Se for verdade, significaria que você teria aí não um piso à queda de juros, mas um momento em que seria preciso digerir uma pressão inflacionária que viria dessa recuperação de margem, antes de poder continuar com o processo de redução dos juros. Em nenhuma hipótese acho que exista piso para os juros reais, e, sim, que podem existir patamares num processo de redução. Esse poderia ser um patamar. Acho que a sinalização de que você vai ter um processo de retomada do crescimento econômico em um ambiente de estabilidade macroeconômica — e aí eu digo a estabilidade na inflação, a estabilidade nas contas públicas e fiscais e situação sólida nas contas externas — pode levar as empresas a terem uma atitude menos defensiva nesse processo. Com isso, fazer com que esse patamar não ocorra em um futuro próximo diante das perspectivas de crescimento sustentado da economia. Neste caso, você teria as empresas tomando uma atitude mais concorrencial, privilegiando mais a posição de mercado e menos a recuperação de margem no processo de recuperação da demanda. É uma esperança que eu tenho, mas acho que pode ser uma consequência positiva da sinalização que nós estamos dando de que o crescimento virá com a estabilidade econômica. Estamos sinalizando que a instabilidade no futuro tende a ser muito menor do que foi no passado e, isso pode levar as empresas a ter uma atitude diferente.



Bernard Appy

InvestNews - Nós ainda somos vulneráveis a uma crise externa?

Appy - O Brasil sofreu muito com mudanças na conjuntura internacional no passado, principalmente nesse período do Plano Real, exatamente porque não soube dar a importância necessária à solidez das contas externas. Eu diria que hoje nós temos uma situação macroeconômica mais favorável ao crescimento porque partimos de uma situação de inflação controlada e baixa, partimos de uma situação de contas fiscais consistente (uma dívida pública elevada, é verdade, mas com perspectiva de queda nos próximos anos) e uma solidez das contas externas como não vimos em oito anos na economia brasileira. A conjunção de todos esses fatores indica que, do ponto de vista macroeconômico, temos condições hoje muito melhores para o crescimento sustentado da economia desde o final dos anos 70. Muito importante é que nesse processo não descuidemos da manutenção da consistência dessas variáveis. Não podemos, nesse processo, ceder à tentação sequer de ter uma política fiscal irresponsável ou acomodar a inflação em um patamar mais alto ou ainda permitir que as contas externas do país se tornem expressivamente frágeis. É muito mais favorável a conjuntura atual do que aquela na qual uma dessas variáveis esteja desajustada. Por isso, acho que o Brasil está menos vulnerável hoje a mudanças na conjuntura internacional. Obviamente não é invulnerável assim como nenhum país do mundo é, mas nossa conjuntura atual é, sem dúvidas, mais sólida.

InvestNews - Qual a influência que terá para o Brasil quando os Estados Unidos começarem a aumentar suas taxas de juros?

Appy - A perspectiva é de uma retomada do investimento direto para o Brasil, talvez não voltando aos recordes que tivemos no final dos anos 90, mas certamente uma situação melhor do que a que tivemos neste ano. É importante ressaltar que, apesar de estar em uma situação macroeconômica muito favorável, ainda temos um desafio muito grande do ponto de vista microeconômico pela frente para poder criar as condições adequadas para os investimentos. O Brasil não tem problema de demanda agregada, a queda dos juros que é consequência dessa política de consistência macroeconômica deve levar a uma recuperação dessa demanda e o importante para o governo é permitir que isso não seja uma bolha de crescimento, mas um crescimento sustentado. E para isso, o grande desafio agora é trabalhar na agenda microeconômica de um lado para criar

uma condição de maior segurança para o investimento estrangeiro e, portanto, atraí-lo.

InvestNews - Qual a capilaridade de todas as ações que estão sendo lançadas, entre elas microcrédito, crédito com consignação em folha de pagamento e o crédito para a compra de eletrodomésticos?

Appy - Cada ação tem um objetivo distinto. As medidas de estímulo ao microcrédito que foram tomadas, principalmente aquela questão dos 2% dos compulsórios sobre depósitos à vista... Elas têm uma função bastante didática, a de colocar as instituições financeiras em contato com um público que a maior parte delas não conhecia e pode trazer, espero eu, resultados bastante positivos do ponto de vista da identificação de um público potencial, que eu espero que seja bom pagador, e que possa, a partir daí, criar uma nova perspectiva para as instituições financeiras explorar um público de baixa renda, que elas muitas vezes não conhecem ou não procuram. Um tipo de operação que a maior parte das instituições não estava acostumada a fazer. Outra coisa é o crédito em consignação. Aí a função é, principalmente, criar condições de crédito com a redução significativa das taxas de juros por meio da concessão de garantias mais sólidas, que a própria consignação em folha dos trabalhadores do setor privado. A partir da regulamentação, acho que existe um grande potencial de redução das taxas de juros nesses empréstimos. Nós ainda estamos montando um modelo que deve estimular bastante a concorrência entre as instituições financeiras, o que ajuda ainda mais a reduzir essas taxas de juros. Acho que isso é muito importante nesse momento. E aí, obviamente, existe uma dimensão conjuntural que é a de auxiliar nesse processo de retomada do crescimento nesses meses agora. Além disso, há também a dimensão estrutural que é contribuir para um processo de redução estrutural das taxas de juros da economia. Todas as medidas voltadas para a redução do spread bancário têm como consequência final um aumento da eficiência da economia, inclusive para as próprias instituições financeiras, na medida em que isso vem acompanhado da queda da inadimplência.

InvestNews - Mais informações?

Appy - A perspectiva é de uma retomada do investimento direto para o Brasil, talvez não voltando aos recordes que tivemos no final dos anos 90, mas certamente uma situação melhor do que a que tivemos neste ano. É importante ressaltar que, apesar de estar em uma situação macroeconômica muito favorável, ainda temos um desafio muito grande do ponto de vista microeconômico pela frente para poder criar as condições adequadas para os investimentos. O Brasil não tem problema de demanda agregada, a queda dos juros que é consequência dessa política de consistência macroeconômica deve levar a uma recuperação dessa demanda e o importante para o governo é permitir que isso não seja uma bolha de crescimento, mas um crescimento sustentado. E para isso, o grande desafio agora é trabalhar na agenda microeconômica de um lado para criar

Nova relação com o FMI

O Brasil deveria aproveitar o momento de relativa calma econômica para repensar sua relação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e reduzir sua dependência do credor multilateral, disse ontem o secretário do Tesouro, Joaquim Levy. "É uma boa hora para começarmos a pensar sobre nossa relação com o Fundo de uma maneira diferente", afirmou Levy em evento patrocinado pela Câmara de Comércio Brasil-Es-

tados Unidos, em Nova York.

"Eu acho que o crescimento do ano que vem não é um problema (para o Brasil)", afirmou Jorge Márquez-Ruarte, do FMI. Mostrou-se aberto à inclusão de metas sociais no programa, mas considerou a idéia ainda muito incipiente. "Temos que ver o que isso realmente significa. Somente o crescimento não vai melhorar a equidade", disse Márquez-Ruarte.

InvestNews e Reuters

Mais informações:
www.investnews.com.br